

**ANEXO I****JUSTIFICATIVAS**

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos, máquinas e materiais a serem adquiridos, previstos no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

**Justificativas:****Da necessidade da contratação**

O fornecimento de equipamentos, máquinas e materiais é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades ligadas aos Arranjos Produtivos Locais, realizadas tanto no âmbito da agricultura familiar, quanto no da economia criativa, pois aumenta a produtividade da mão de obra labutante, melhora as técnicas de manejo, a eficiência no uso dos insumos e, consequentemente, o melhor desempenho da ação laboral e econômica das famílias beneficiadas.

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto do presente Termo de Referência. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto à urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de estrutura principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, o que impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população.

Portanto, a estruturação de atividades agropecuárias constitui-se como uma estratégia de desenvolvimento que envolvem aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Assim, pelo seu significativo valor social e econômico, percebe-se a grande importância que é a aquisição de máquinas, equipamentos e materiais para trabalhos em Arranjos Produtivos Locais, para atendimento às demandas das comunidades rurais e urbanas.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o desenvolvimento de atividades agrícolas na região semiárida, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste edital.

**Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:**

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

**Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção, por meio da aquisição de máquinas, equipamentos e materiais para auxiliar no aumento da produção de alimentos e fabricação de produtos, possibilitando a geração de emprego e renda.

Em razão deste trabalho, a Codevasf recebe demandas de alguns parlamentares, para realização de trabalhos voltados para o desenvolvimento de diversas atividades produtivas, tanto com aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares, quanto de recursos do Orçamento Geral da União, sob requisição destes. Em 2021, até o mês de setembro, foi recebida a seguinte demanda:

PARLAMENTAR	TANQUE REDE	KIT AQUICULTURA E PESCA	MOTOR PARA BARCO	KIT PANIFICAÇÃO	KIT CORTE E COSTURA	KIT COMERCIALIZAÇÃO PESCADOS	KIT APICULTURA	KIT MANDIOCA	COZINHA INDUSTRIAL	BARRACA DE FEIRA
Cláudio Cajado	25			1						
Daniel Almeida				1	1	1				



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

Elmar Nascimento		1		1	4		2	1		
José Nunes				4	4		2			
Leur Lomanto		1								
Raimundo Costa			500							
Zé Neto	20			1	1				2	
Relator		2		1	11	1	1			1
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>4</b>	<b>500</b>	<b>9</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Tomando por base a demanda detalhada recebida pela 6ª/SR no quadro acima, observa-se que há interesse por parte dos legisladores, na aplicação de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares, na estruturação de cadeias produtivas voltadas para atividades ligadas aos Arranjos Produtivos Locais. Neste caso, ainda há possibilidade de solicitação de mais equipamentos para atendimento de demandas futuras, até o fim do ano fiscal de 2021.

O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

**Da admissão de Órgão Participante:**

**Não** – Considerando que a abertura para admissão de outro órgão participante nesse certame exige um prazo legal para tal ação; e que o prazo limite para emissão de empenhos no corrente exercício está próximo do encerramento (10 de dezembro de 2021), justifica-se a opção de não permitir tal admissão.

**Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):**

**Sim** – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública. Considerando que a admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona) só é realizada após a conclusão do certame, não há, nesse caso, prejuízos quanto ao alcance do término deste antes do fim do exercício fiscal de 2021.

**Do Modo de Disputa:** estipulou-se, no item 3.2 do Termo de Referência, o modo de disputa do tipo aberto com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,5 %) do valor dos itens; considera-se que o intervalo nesta proporção é razoável e permitem a plena competição entre os licitantes.

**Da Qualificação Técnica:** No Termo de Referência, item 9.1.3, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 30% (trinta por cento) do contingente total para cada item a ser licitado. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

**Cota de Preferência ME e EPP:** Sobre a razão pela qual a 6ª/SR decidiu utilizar somente 10% dos 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, justifica-se esta ação levando-se em consideração o princípio da economicidade, muito praticado na administração pública. Além de que, verificou-se que nos últimos pregões eletrônicos realizados por esta superintendência, os preços ofertados por MEs e EPPs foram bem maiores do que de outras empresas. Neste caso, poderão ser adquiridos bens em maior número a partir de ofertas de preços de menor valor.

**Exclusividade para ME e EPP:** Em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os itens cuja contratação possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

**Condições de participação de empresa estrangeira:** Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

**Garantia de Execução:** não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

**Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas:** Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente não necessária a formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de máquinas, equipamentos e materiais, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

**Critério de Julgamento:** Menor preço.

**Valor estimado:** Público - Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Garantia do Objeto:** A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo de 12 (doze) meses ou superior, contados a partir da data da entrega técnica dos itens.

**Responsável pelas informações:**

Júlio César da Silva Santos  
Analista em Desenvolvimento Regional  
6ª/GRR/UDT

**De Acordo:**

Everaldo de Andrade Cavalcanti  
Analista em Desenvolvimento Regional  
Chefe da 6ª/GRR/UDT